



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025051901-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16040001/25

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA E ESGOTO JUNTO AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIBE/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ANÁLISE DE DUREZA TOTAL	44.0	Serviço	13,33	586,52
Serviço de análise para identificar o nível de concentração de dureza total, conforme legislação vigente.					
2	ANÁLISE DE AMÔNIA (COMO N)	50.0	Serviço	36,36	1.818,00
A análise físico-química para identificação de amônia (NH ₃) em amostras de água tem como objetivo quantificar esse composto de nitrogênio, que pode ser expresso como nitrogênio amoniacal (NH ₃ -N), conforme previsto na legislação ambiental e sanitária vigente. Esse parâmetro é essencial no monitoramento da qualidade da água, especialmente a potável, devido ao seu potencial impacto à saúde e ao meio ambiente.					
3	ANÁLISE DE CLORETOS	50.0	Serviço	17,66	883,00
Serviço de análise para determinar a concentração de cloretos e obter informações sobre o grau de mineralização ou indícios de poluição na água, conforme legislação vigente.					
4	ANÁLISE DE FERRO TOTAL	48.0	Serviço	33,33	1.599,84
Serviço de análise para identificar o limite de ferro presente na água, conforme legislação vigente					
5	ANÁLISE DA MATÉRIA ORGÂNICA	26.0	Serviço	30,66	797,16
Serviço de análise físico-química para identificar a presença de matéria orgânica introduzidos na água por meio de despejos ou água da chuva, conforme legislação vigente.					
6	ANÁLISE DE SÓLIDOS DISSOLVIDOS	30.0	Serviço	34,20	1.026,00
Serviço de análise físico-química para para identificar as quantidades dos sólidos dissolvidos totais nos quais incluem sais inorgânicos e algumas pequenas quantidades de matéria orgânica que se dissolvem na água, conforme legislação vigente.					
7	ANÁLISE DOS COLIFORMES TOTAIS	44.0	Serviço	54,66	2.405,04
Serviço de análise microbiológica dos coliformes totais, um dos inúmeros grupos de bactérias que podem estar presentes na água. Portanto, a presença dos mesmos é indicativo de que pode haver outros grupos que não foram analisados e, que, a água deve passar por procedimento de desinfecção com cloro, conforme legislação vigente.					
8	ANÁLISE DAS CIANOBACTÉRIAS	24.0	Serviço	320,05	7.681,20
Serviço para resultados de análises físicas e químicas que determina a concentração excessiva de cianobactérias, indicadora de um fenômeno chamado de floração, caracterizado pelo acúmulo de células					

que formam uma camada verde na superfície da água e na avaliação do grau de eutrofização de um ambiente aquático, conforme legislação vigente.					
9	ANÁLISE DE COLIFORMES FECAIS	44.0	Serviço	54,66	2.405,04
Serviço de análise microbiológica dos coliformes fecais para identificar a Escherichia coli considerada um microrganismo indicador, ou seja, quando presente na água pode indicar a ocorrência de contaminação fecal, a provável presença de outros microrganismos patogênicos, além de poder indicar condições higiênico-sanitárias inadequadas do reservatório de água, conforme legislação vigente.					
10	ANÁLISE EM SÓLIDOS SUSPENSOS TOTAIS EM EFLUENTES BRUTO E/OU TRATADOS	18.0	Serviço	64,20	1.155,60
Serviço de análise para identificar a presença de sólidos suspensos totais em efluentes bruto e/ou tratados, determinados após a secagem de uma amostra do substrato em uma estufa em alta temperatura até evaporação completa da água, conforme legislação vigente.					
11	SERVIÇO DE ANÁLISE DE ENSAIOS EM EFLUENTES	18.0	Serviço	388,88	6.999,84
Serviço de análise de ensaios em efluentes bruto e/ou tratados para identificar ph, temperatura, materiais sedimentáveis e substâncias solúveis em hexano, óleo e graxas, conforme legislação vigente.					
12	ANÁLISE DE ENSAIOS EM EFLUENTES COLIFORMES TERMOTOLERANTES	18.0	Serviço	71,66	1.289,88
Serviço de análise de ensaios em efluentes brutos e/ou tratados para identificar a presença de coliformes termotolerantes, conforme legislação vigente					
13	ANÁLISE DE SULFETO EM EFLUENTES BRUTO E/OU TRATADO	18.0	Serviço	57,71	1.038,78
Serviço de análise de sulfeto em efluentes bruto e/ou tratado, para determinar o nível de concentração, conforme legislação vigente.					
14	ANÁLISE DE CIANOTOXINAS	24.0	Serviço	1.183,33	28.399,92
Serviço de análise de cianotoxinas na água feita por técnicas analíticas quantitativas que detectam a presença de toxinas produzidas por cianobactérias.					
15	ANÁLISE DA DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO) EM EFLUENTE BRUTO E/OU TRATADO	18.0	Serviço	80,90	1.456,20
Análise da demanda química de oxigênio (dco) em efluente bruto e/ou tratado					

LOTE I - ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE MONITORAMENTO DA ÁGUA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ANÁLISE DE DUREZA TOTAL	44.0	Serviço	R\$ 13,33	R\$ 586,52
Especificação: Serviço de análise para identificar o nível de concentração de dureza total, conforme legislação vigente.					
2	ANÁLISE DE AMÔNIA (COMO N)	50.0	Serviço	R\$ 36,36	R\$ 1.818,00
Especificação: A análise físico-química para identificação de amônia (NH ₃) em amostras de água tem como objetivo quantificar esse composto de nitrogênio, que pode ser expresso como nitrogênio amoniacal (NH ₃ -N), conforme previsto na legislação ambiental e sanitária vigente. Esse parâmetro é essencial no monitoramento da qualidade da água, especialmente a potável, devido ao seu potencial impacto à saúde e ao meio ambiente.					



3	ANÁLISE DE CLORETOS	50.0	Serviço	R\$ 17,66	R\$ 883,00
Especificação: Serviço de análise para determinar a concentração de cloretos e obter informações sobre o grau de mineralização ou indícios de poluição na água, conforme legislação vigente.					
4	ANÁLISE DE FERRO TOTAL	48.0	Serviço	R\$ 33,33	R\$ 1.599,84
Especificação: Serviço de análise para identificar o limite de ferro presente na água, conforme legislação vigente					
5	ANÁLISE DA MATÉRIA ORGÂNICA	26.0	Serviço	R\$ 30,66	R\$ 797,16
Especificação: Serviço de análise físico-química para identificar a presença de matéria orgânica introduzidos na água por meio de despejos ou água da chuva, conforme legislação vigente.					
6	ANÁLISE DE SÓLIDOS DISSOLVIDOS	30.0	Serviço	R\$ 34,20	R\$ 1.026,00
Especificação: Serviço de análise físico-química para para identificar as quantidades dos sólidos dissolvidos totais nos quais incluem sais inorgânicos e algumas pequenas quantidades de matéria orgânica que se dissolvem na água, conforme legislação vigente.					
Valor total do lote R\$ 6.710,52 (seis mil, setecentos e dez reais e cinquenta e dois centavos)					

LOTE II - ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO MONITORAMENTO DA ÁGUA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
7	ANÁLISE DOS COLIFORMES TOTAIS	44.0	Serviço	R\$ 54,66	R\$ 2.405,04
Especificação: Serviço de análise microbiológica dos coliformes totais, um dos inúmeros grupos de bactérias que podem estar presentes na água. Portanto, a presença dos mesmos é indicativo de que pode haver outros grupos que não foram analisados e, que, a água deve passar por procedimento de desinfecção com cloro, conforme legislação vigente.					
8	ANÁLISE DAS CIANOBACTÉRIAS	24.0	Serviço	R\$ 320,05	R\$ 7.681,20
Especificação: Serviço para resultados de análises físicas e químicas que determina a concentração excessiva de cianobactérias, indicadora de um fenômeno chamado de floração, caracterizado pelo acúmulo de células que formam uma camada verde na superfície da água e na avaliação do grau de eutrofização de um ambiente aquático, conforme legislação vigente.					
9	ANÁLISE DE COLIFORMES FECAIS	44.0	Serviço	R\$ 54,66	R\$ 2.405,04
Especificação: Serviço de análise microbiológica dos coliformes fecais para identificar a Escherichia coli considerada um microrganismo indicador, ou seja, quando presente na água pode indicar a ocorrência de contaminação fecal, a provável presença de outros microrganismos patogênicos, além de poder indicar condições higiênico-sanitárias inadequadas do reservatório de água, conforme legislação vigente.					
14	ANÁLISE DE CIANOTOXINAS	24.0	Serviço	R\$ 1.183,33	R\$ 28.399,92
Especificação: Serviço de análise de cianotoxinas na água feita por técnicas analíticas quantitativas que detectam a presença de toxinas produzidas por cianobactérias.					
Valor total do lote R\$ 40.891,20 (quarenta mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos)					

LOTE III - ANÁLISES DE MONITORAMENTO DO CORPO RECEPTOR (ETE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
10	ANÁLISE EM SÓLIDOS SUSPENSOS TOTAIS EM	18.0	Serviço	R\$ 64,20	R\$ 1.155,60



	EFLUENTES BRUTO E/OU TRATADOS				
Especificação: Serviço de análise para identificar a presença de sólidos suspensos totais em efluentes bruto e/ou tratados, determinados após a secagem de uma amostra do substrato em uma estufa em alta temperatura até evaporação completa da água, conforme legislação vigente.					
11	SERVIÇO DE ANÁLISE DE ENSAIOS EM EFLUENTES	18.0	Serviço	R\$ 388,88	R\$ 6.999,84
Especificação: Serviço de análise de ensaios em efluentes bruto e/ou tratados para identificar ph, temperatura, materiais sedimentáveis e substâncias solúveis em hexano, óleo e graxas, conforme legislação vigente.					
12	ANÁLISE DE ENSAIOS EM EFLUENTES COLIFORMES TERMOTOLERANTES	18.0	Serviço	R\$ 71,66	R\$ 1.289,88
Especificação: Serviço de análise de ensaios em efluentes brutos e/ou tratados para identificar a presença de coliformes termotolerantes, conforme legislação vigente					
13	ANÁLISE DE SULFETO EM EFLUENTES BRUTO E/OU TRATADO	18.0	Serviço	R\$ 57,71	R\$ 1.038,78
Especificação: Serviço de análise de sulfeto em efluentes bruto e/ou tratado, para determinar o nível de concentração, conforme legislação vigente.					
15	ANÁLISE DA DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO) EM EFLUENTE BRUTO E/OU TRATADO	18.0	Serviço	R\$ 80,90	R\$ 1.456,20
Especificação: Análise da demanda química de oxigênio (dco) em efluente bruto e/ou tratado					
Valor total do lote R\$ 11.940,30 (onze mil, novecentos e quarenta reais e trinta centavos)					

Valor total R\$ 59.542,02 (cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dois centavos)

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
 - 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 59.542,02 (cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dois centavos)**
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Os recipientes com as amostras coletadas serão recolhidos pela empresa contratada no laboratório da (ETA) Estação de Tratamento de Água situado na Rua 12 de agosto, s/n, tendo como ponto de referência em frente a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A contratada será responsável também pela análise e entrega dos resultados, devendo obrigatoriamente seguir todas as exigências estabelecidas na Ordem de Serviço, a qual está em conformidade com este termo e com o edital do processo correspondente.

5.1.2. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento da nota de empenho, da ordem de serviço ou de outro instrumento hábil e/ou da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

5.1.2.1. Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2.2. Como condição de prestação de serviço, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA deverá manter atualizado cadastro de fornecedores do Município de Jaguaribe.

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a



verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado



à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço, por Lote**.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3. Pessoa física: **cédula de identidade (RG)** ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social** no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: **portaria de autorização de funcionamento no Brasil**, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: **inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede**, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: **inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária**, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: **ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia** que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no



Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

8.13. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.15. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021);



8.21. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021); caso a certidão não consigne prazo de validade, **serão considerados 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.**

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis acompanhadas dos termos de abertura e encerramento do(s) respectivo(s) Livro(s) Diário(s), nos termos da lei dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.

8.23. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis acompanhadas dos termos de abertura e encerramento do(s) respectivo(s) Livro(s) Diário(s), limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos** (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.26. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.27. **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.28. **Comprovação de aptidão compatível em características com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**



8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. O licitante deverá apresentar o laudo de atendimento dos requisitos de saúde (LARS) estabelecidos em norma técnica da ABNT NBR 15784 atualizada em sua última edição, conforme estabelece a Portaria GM /MS Nº 888 de 24 de maio de 2021 na Seção V, Art. 14º, Inciso VIII ou outro que esteja vigente no ato do processo, sob pena de inabilitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

102. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jaguaribe/CE,

CRISTIANE BOTÃO FERNANDES
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ERICA MARIA DE AQUINO QUEIROS
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

APROVO o Termo de referência elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

JANDER ROBSON BEZERRA GOMES
ORDENADOR DE DESPESAS